



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE PAPEL E CARTÃO

CIRCULAR 5/2008/FR

Espinho, 09 de Maio de 2008

Ex.mo Associado

Como é já do V/ conhecimento, foi publicado no passado dia 11 de Março, o Decreto-lei n.º 45/2008 que assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) nº 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14/06, revogando assim o Decreto-Lei n.º 296/95, de 17/11.

Face aos novos requisitos agora necessários as transferências sujeitas aos requisitos processuais do Artigo 18º do Regulamento (CE) nº 1013/2006, (**resíduos da "Lista Verde" destinados a valorização**) deverão fazer-se acompanhar do documento **modelo nº 1918** da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM). Neste caso, deve ainda ser estabelecido um Contrato entre "a pessoa que trata da transferência" e o destinatário.

Face à necessidade da existência do contrato acima referido e reconhecendo a **ANIPC** as dificuldades que os Associados possivelmente teriam para a sua redacção, **elaborou uma minuta desse contrato**, a qual submetemos à apreciação da APA e que foi validada. Assim, os Associados que pretendam receber e utilizar esta minuta deverão manifestar esse interesse à ANIPC que a disponibilizará em formato digital.

Um outro requisito acrescido pelo DL n.º 45/2008, foi a obrigatoriedade do envio à APA, por parte da pessoa que trata da transferência, num prazo até 5 dias antes do seu início, de cópia do formulário (modelo n.º 1918), bem como cópia do contrato (o qual deve ser enviado na primeira transferência durante o seu período de vigência). Estas informações à APA têm como objectivo controlar as transferências deste tipo de resíduos, bem como possibilitar a esta entidade uma possível actuação em caso de detecção de uma transferência ilegal, evitando assim a sua concretização. A formalização deste envio poderá ser efectuada através de fax para a APA (N.º 214719074), devendo ser devidamente salvaguardado o comprovativo de envio.

Salientamos entretanto que para as **transferências de resíduos sujeitas a instrução do procedimento de notificação¹**, os documentos de notificação (Anexo I-A) e de

¹ Estão sujeitas ao procedimento de notificação e consentimento por escrito, as transferências de resíduos destinados a eliminação, bem como a transferência de resíduos da "Lista Laranja" ou misturas de resíduos, destinados a Valorização.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE PAPEL E CARTÃO

acompanhamento (Anexo I-B), aprovados pelo Regulamento (CE) nº 1379/2006 de 26 de Novembro, são os **modelos 1916 e 1916-A**, respectivamente, da INCM, devendo os mesmos ser utilizados de acordo com o DL n.º 45/2008. É ainda importante referir que embora também seja obrigatório celebrar um contrato entre o notificador e o destinatário dos resíduos, a minuta do contrato elaborado pela ANIPC não é válida para este efeito. Ainda sobre este tipo de transferências, é também necessária uma Garantia Financeira ou Seguro equivalente, nos termos do artigo 6º do Regulamento n.º 1013/2006.

Finalmente, informamos que a ANIPC está a planear a organização, a curto prazo, de uma sessão de esclarecimento, com o objectivo de dotar os participantes de conhecimentos e soluções processuais que lhes permitam implementar os procedimentos necessários para o cumprimento da nova legislação em vigor.

Sem mais de momento, apresentamos os melhores cumprimentos e subscrevemo-nos,

Muito Atentamente
O Departamento de Ambiente da ANIPC

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cristina Ribeiro'.

(Cristina Ribeiro)